



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10730.000720/95-18

Recurso nº.: 119.536

Matéria : IRPF - EX.: 1994

Recorrente : PAULO MIRANDA LUSTOSA

Recorrida : DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ

Sessão de : 22 DE OUTUBRO DE 1999

Acórdão nº.: 102-43.961

IRPF - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO POR PROCESSO ELETRÔNICO – NULIDADE - DECLARAÇÃO DE OFÍCIO - Deve ser declarada nula de ofício a notificação de lançamento que não observa os requisitos do art. 11 do Decreto n. 70.235/72.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PAULO MIRANDA LUSTOSA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, ANULAR o lançamento por vício formal, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

A. Dutra
ANTONIO DE FREITAS DUTRA
PRESIDENTE

Leonardo Mussi da Silva
LEONARDO MUSSI DA SILVA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 DEZ 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros URSULA HANSEN, VALMIR SANDRI, JOSÉ CLÓVIS ALVES e MÁRIO RODRIGUES MORENO. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 10730.000720/95-18

Acórdão nº.: 102-43.961

Recurso nº.: 119.536

Recorrente : PAULO MIRANDA LUSTOSA

R E L A T Ó R I O

PAULO MIRANDA LUSTOSA impugna notificação de lançamento que altera os dados de sua declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física, passando de um saldo a restituir da monta de 12.833,69 UFIR para um imposto a pagar de 612,00 UFIR, em virtude da dedução indevida do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

Alega em sua defesa que na revisão do lançamento não foi considerado o valor do IRRF sobre os rendimentos percebidos durante o período de apuração da monta de 13.446,11 UFIR. Para comprovar tal fato, junta documentos (fls. 03/14) comprobatórios do valor do imposto de renda retido na fonte.

Tendo em vista a contradição constatada entre os valores do imposto de renda na fonte registrados no resumo do beneficiário junto à Receita Federal e aqueles constantes na DIRFITA (fls. 04) e na Declaração de Rendimentos Anuais (fls. 14), e, ainda, suposta contradição entre os valores consignados nestes documentos pela fonte retentora, o contribuinte foi intimado a apresentar contracheques e o termo de rescisão de contrato de trabalho, o que foi devidamente cumprido com a juntada tempestiva dos documentos de fls. 26/31.

Ao apreciar os documentos apresentados pelo Recorrente, procedeu a autoridade administrativa à revisão de ofício dos valores do imposto retido na fonte e dos rendimentos tributáveis, o que resultou na retificação do valor tributável declarado pelo contribuinte de 22.711,69 UFIRs para 54.233,78 UFIRs, em virtude da

ADM -



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº. : 10730.000720/95-18
Acórdão nº. : 102-43.961

exclusão de parcelas redutoras dos rendimentos declarados, e na alteração do valor do imposto de fonte declarado de 13.446,11 UFIR para 11.049,74, como se verifica às fls. 33.

Ao decidir a questão, a DRJ do Rio de Janeiro (i) determinou o agravamento dos rendimentos tributáveis declarados pelo contribuinte em 31.512,09 UFIR; e (ii) reconheceu parcialmente o direito à restituição de 3.291,02 UFIR. Face ao agravamento da situação do contribuinte em relação aos rendimentos tributáveis, abriu-se novo prazo para apresentação de impugnação do contribuinte.

Em sua nova impugnação, o Recorrente:

- (1) reitera os argumentos quanto à legitimidade do montante do imposto de renda na fonte declarado de 13.446,11 UFIR, requerendo a devolução da diferença de 2.396,37 UFIR entre o valor restituído de 3.291,02 UFIR e o valor que entende seja o correto de 5.687,39 UFIR;
- (2) não contesta o agravamento dos rendimentos tributáveis pela exclusão efetuada pelas autoridades administrativas de parcelas redutoras dos rendimentos declarados; e
- (3) suscita novo argumento no sentido de que parte dos rendimentos tributáveis, em verdade, são rendimentos isentos, devido a sua adesão à programa de demissão voluntária.

Foi proferido novo julgamento (fls. 54/55), no qual a DRJ do Rio de Janeiro declara a procedência do lançamento, asseverando estar correto o valor restituído e não haver isenção para os rendimentos decorrentes de programa de demissão voluntária. /AN/



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10730.000720/95-18
Acórdão nº. : 102-43.961

Contra esta decisão foi interposto recurso ao Primeiro Conselho de Contribuintes (fls. 60/63), pugnando pela reforma do julgado, pelos fundamentos anteriormente esposados.

A Procuradoria da Fazenda Nacional declinou do direito de oferecer contra-razões (fls. 66).

Posteriormente, o Recorrente, por intermédio da petição de fls. 71/72, requereu a retificação da declaração de rendimentos apresentada no exercício de 1994, ano-calendário 1993, com vistas a alterar os rendimentos decorrentes de programa de demissão voluntária tidos como tributáveis, para rendimentos isentos (fls. 73/76).

É o Relatório.

fot -



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10730.000720/95-18
Acórdão nº.: 102-43.961

V O T O

Conselheiro LEONARDO MUSSI DA SILVA, Relator

O imbróglio do processo salta aos olhos, a ponto de não restar outra solução senão declarar nulo todos os atos praticados no processo.

Primeiramente, cabe ressaltar que o ato administrativo deve ser declarado nulo independente de requerimento da parte, a teor do artigo 61 do Decreto n. 70.235/72, que preceitua:

"Art. 61. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade."

Desta forma, independente de alegação da parte, deve o Conselho de Contribuintes, competente para julgar a legitimidade dos atos das autoridades administrativas, declarar de ofício a nulidade do ato que não atende aos requisitos previstos em lei, mormente aquelas nulidades expressamente estabelecidas no artigo 59 do Decreto n. 70.235/72.

São muitos os atos nulos praticados nos autos, começando pela notificação de lançamento, que não atende ao requisito do artigo 11, IV, do Decreto n. 70.235/76, qual seja, a indicação do cargo ou função e o número da matrícula do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado.

Decerto que o parágrafo único do artigo em comento exclui a necessidade de assinatura na notificação de lançamento por processamento eletrônico, mas não a indicação do cargo ou função e a matrícula da autoridade

LM -



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 10730.000720/95-18
Acórdão nº.: 102-43.961

administrativa, pois é princípio basilar de que os atos e termos administrativos sejam lavrados por pessoa competente, o que não se pode aferir sem as informações previstas no inciso IV do artigo 11 do Decreto n. 70.235/72.

Desta forma, faltando a indicação do cargo ou função e o número da matrícula do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado, a notificação de lançamento está inquinada pelo vício da nulidade previsto no artigo 59, I e II, do Decreto n. 70.235/72 e no art. 145, III, do Código Civil.

Deve ser declarada nula a notificação de lançamento de fls. 02, bem como dos demais atos praticados no processo. É como voto.

Sala das Sessões - DF, em 22 de outubro de 1999.

LEONARDO MUSSI DA SILVA